



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 10239/2024

RUBRICA:  FOLHA: 12

Comissão de Pregão II

Nova Friburgo, 25 de abril de 2024.

À Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 90.035/2024

Encaminho o presente processo, na forma que dispõe o edital, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, pois este pregoeiro não possui a expertise nesse tema, por se tratar de questão estritamente técnica.

Atenciosamente,


Jonathan P. Chaves

Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Proc.: 10.239/2024

Assunto: Impugnação ao edital de Licitação (UASG Nº 985867)

Pregão Eletrônico nº 90.035/2024

Impugnante: SAVVY SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº	10239	24
Rubrica	Fls: 13	

1 – DA TEMPESTIVIDADE

O Art. 164, da Lei nº. 14.133/2021, garante ao licitante a prerrogativa de impugnar o edital de licitação em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Desta feita considerando que o competente certame terá sua sessão de abertura no dia 29/04/2024 (segunda-feira) e a peça de Impugnação fora protocolada à Administração em 23/04/2024 (quarta-feira), encontra-se o respectivo instrumento tempestivo

2 – DA SÍNTESE DOS FATOS

O Município de Nova Friburgo, através da Secretaria Municipal de Saúde, publicou edital para a realização de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob a égide do registro de preços, vislumbrando a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 01 (um) ano.

Publicado o instrumento convocatório, a empresa SAVVY SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.966.492/0001-53, com sede na Rua do Carmo, 11, sala 1102, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20011.020, apresentou impugnação ao edital, nos termos do Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, requerendo a alteração do instrumento convocatório pelas razões ora expostas.

3– DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em suma, a Requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/10, que o instrumento editalício apresenta vícios no que tange à redação do item 19.1.10 – "*As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de fornecimento de Alimentação Hospitalar Transportada.*"



Argumenta a Impugnante que o termo "hospitalar" restringe a licitação a um número mínimo de licitantes, *"eis que excluem as demais empresas de alimentação coletiva, que tenham capacidade de atender ao edital e fornecer a alimentação transportada."*

No mais, suscita que a manutenção da exigência de atestado de capacidade técnica nesse teor fere o art. 11 da Lei nº. 14.133/2021, *"por afastar a justa competição e o alcance do resultado de uma contratação mais vantajosa aos cofres da Administração Pública, assim como extrapola os limites definidos no art. 67 e incisos da norma licitatória vigente, pois a exigência de atestados de alimentação transportada específica de rede hospitalar ultrapassa os limites definidos na Lei de Licitações."*

É o relatório.

4 – DA ANÁLISE

Haja vista que a Impugnante fundamenta a sua peça no teor do dispositivo legal apresentado no art. 67 da Lei nº. 14.133/2021, cumpre trazer à baila a sua redação integral. Senão vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

[...]

Aduz a Impugnante que o supracitado artigo é claro ao dispor que a exigência de atestado de capacidade técnica deve ser em características semelhantes, e não idênticas, além de ser vedada a exigência de prestação de serviço em local específico, conforme incisos I e II. Dessa forma, estaria o termo "alimentação hospitalar transportada" inadequado, ensejando possível restrição a licitação a um número mínimo de licitantes.

No entanto, não merece prosperar a alegação feita pela Impugnante, considerando que o termo apresentado não frustra o caráter competitivo da licitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA
DE SAÚDE

Processo Nº: 10239 / 24
Rubrica: Fls: 15

Explica-se. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de apresentação de atestados de capacidade técnica em serviços similares ao objeto licitado e de atestado de responsabilidade técnica por serviço de características semelhantes.

Denota-se, tendo em vista o caso em tela, que os licitantes interessados podem apresentar documentação de serviços semelhantes e similares ao próprio serviço de alimentação hospitalar transportada.

Nesse sentido, não há o que se falar em readequação do termo para tão somente "alimentação transportada", uma vez que, na prática, há uma diferença exorbitante entre a alimentação comum e a alimentação destinada ao ambiente hospitalar. Trata-se de fornecimento de alimentação referente a dieta também dos pacientes, que podem variar de acordo com a indicação do profissional de nutrição, sendo imprescindível, assim sendo, que a licitante possua experiência na área para o regular e satisfatório fornecimento da alimentação.

Por esta razão, cabe a Unidade Requisitante delimitar especificamente no Termo de Referência o tipo de serviço a ser licitado, sendo certo que a utilização do termo "alimentação hospitalar transportada" se destina ao atendimento integral das necessidades dos usuários do Hospital Municipal Raul Sertão. Diferente seria, a título de elucidação, o fornecimento de alimentação em quentinhas, que poderia ser enquadrada em um cardápio comum.

O Tribunal de Contas da União – TCU já se manifestou em caso análogo ao presente, tendo definido que "(...) a adoção de uma expressão de conteúdo semântico mais amplo poderia ensejar uma interpretação incompatível com o interesse público, viabilizando a habilitação de empresas não especializadas."

(...) 14. Em suma, a limpeza predial e a limpeza hospitalar são tipos de serviços bem diversos. A equipe de limpeza predial comum não pode realizar serviços hospitalares, pois não tem treinamento adequado para essa demanda específica. Em razão disso, não basta a mera aptidão da empresa contratada para a gestão de mão de obra, é necessária a especialização.

15. Neste sentido, recorro que o Acórdão 938/2014-TCU-Plenário (rel. Min. Ana Arraes) deixou assentado que a "Limpeza hospitalar não é atividade compatível em características com limpeza predial comum".

16. Nesse contexto, não considero que a expressão "o mesmo serviço" tenha uma conotação restritiva à competitividade ou seja obscura e desrazoável ante ao objeto específico que se pretende contratar. A adoção de uma expressão de conteúdo semântico mais amplo poderia ensejar uma interpretação incompatível com o interesse público, viabilizando a habilitação de empresas não especializadas. (...)

Assim sendo, este órgão entende que o termo "alimentação hospitalar transportada" não restringe o caráter competitivo da licitação e não contraria o disposto no art. 11 da Lei nº. 14.133/2021, bem como a ampliação do seu termo pode acarretar na habilitação de empresas que não possuem a capacidade técnica necessária para a prestação dos serviços.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SE C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Processo Nº: 1023a, 24
Rubrica: [assinatura] Fls: 16

No mais, no que se refere ao §2º do art. 67 da Lei nº. 14.133/2021 sobre a vedação de limitação de tempo e de locais específicos relativas aos atestados, não há o que se falar em inobservância da referida norma, tendo em vista que não há no edital e no termo de referência qualquer indicação de tempo e/ou local a ser apresentado para qualificação técnica.

Por fim, no que tange à alegação de que o termo "alimentação hospitalar transportada" fere o princípio da legalidade e do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, cabe destacar que os atestados de capacidades técnicas atinentes ao serviço licitado são indispensáveis para comprovação relativa a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

5 – DA DECISÃO

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, na condição de Secretário Municipal de Saúde, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro para ciência das razões ora expostas e prolatação de decisão final.

Nova Friburgo/RJ, 25 de abril de 2024.



Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 063.454

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO – PE 90.035/2024 – SAVVY – CPII

Processo Licitatório nº 310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO** de empresa especializada no fornecimento de **ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA**, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pela empresa **SAVVY SERVIÇOS LTDA.**, doravante denominada Impugnante, em 23 de abril de 2024, portanto, tempestiva, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.035/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra a habilitação técnica do Edital de Licitação. Alega em síntese que, (i) a exigência de certidões ou atestados de capacidade técnica com comprovação de execução bem-sucedida de Alimentação Transportada Hospitalar, e não apenas de Alimentação Transportada, limita a participação de licitantes no certame.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10239/2024

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: *18*

Comissão de Pregão II

II. DA ANÁLISE

Considerando que as alegações da recorrente são técnicas, o assunto foi submetido à Equipe Técnica da Secretaria Requisitante para análise e manifestação.

A Secretaria Municipal de Saúde, através de seus representantes, conforme documento (em anexo a esta decisão) acostado às fls. 13/16 do Processos de Recurso 10.239/2024, decidiu por negar provimento às razões da impugnante.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, subsidia pela manifestação técnica da secretaria requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **SAVVY SERVIÇOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90035/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do edital em comento, mantida a data de abertura do certame.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 26 de abril de 2024.

[Assinatura]
JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870